



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça

para os devidos fins.

Em 13/03/23

pp. Marcella Lima
Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Marcella Lima
Secretária Legislativa - CCI

Ao Deputado Francisco

Lima
para relatar.

Em 13/03/23

[Assinatura]
Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**PARECER À MENSAGEM Nº 30, PLOG Nº 11 DE 09 DE MARÇO DE 2023.
PROCESSO (PROTOCOLO) AL Nº 30173/2023**

RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA

I - RELATÓRIO E VOTO.

Foi enviada para a relatoria deste Deputado, a Mensagem 30 de 2023, do Governo do Estado dispondo sobre o Projeto de Lei Ordinária nº 11 de Março de 2023 que tem a seguinte ementa: **"ALTERA A LEI Nº 4.761, DE 31 DE MAIO DE 1995, E O ART. 4º DA LEI Nº 5.493, DE 09 DE SETEMBRO DE 2005."**

O Projeto de Lei objetiva alterar a redação do art. 7º, da Lei Complementar nº 4.761, de 31 de maio de 1995, a fim de modificar a nomenclatura da Gratificação de "Função de Direção e Assessoramento Intermediários - DAI" para Gratificação de "Função de Confiança".

Por fim, busca-se atualizar o valor do adicional de magistério, que é devido por aula ministrada pelos procuradores na Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado, conforme art. 53 da Lei Complementar nº 56, de 1 de novembro de 2005.

Passando a análise sobre a constitucionalidade do referido projeto, observo que o mesmo encontra-se de acordo com o art. 75, §2º da Constituição do Estado quanto à sua iniciativa bem como quanto ao teor da matéria objeto desta proposição.

Observa-se também que a proposição de lei ordinária não encontra quaisquer óbices constitucionais e infraconstitucionais, nem vícios formais e materiais de inconstitucionalidade. Da mesma forma que tampouco requer reparos quanto à Técnica Legislativa.

No que toca as disposições regimentais, observa-se que o projeto de lei cumpre os ditames dos artigos 96, I, 105, III e 106 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, observado em todos os seus termos.

Ante o exposto, entendendo que não há impedimento quanto à sua legalidade, juridicidade e técnica legislativa, minha manifestação é **favorável a Constitucionalidade** do referido projeto.



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

II - DO PARECER DA COMISSÃO.

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

() Pelo **acatamento do voto do relator** () Pela **rejeição do voto do relator**,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina, 13 de março de 2023.

Dep. Francisco Limma/PT
Relator

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 21 / 03 / 2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
Justiça

Comissão de Ordem Pública
Wey Sabino novo acate
o parecer de comissão
de justiça

À UNANIMIDADE
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 21 / 03 / 2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
Ordem Pública